



Índice

Apresentação
Eni P. Orlandi

Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso
M. Pêcheux

Do Sujeito na História e no Simbólico
Eni P. Orlandi



Rua Caio Graco Prado, 70, Cidade Universitária Zeferino Vaz
CEP 13081-970, Campinas - SP, Fone/Fax:(019) 788.1102
Internet: <http://www.labeurb.unicamp.br>

Escritos

ESGOTADO

CONTEXTOS
EPISTEMOLÓGICOS
DA ANÁLISE DE
DISCURSO

No. 4

linguagem . cidade . política . sociedade



Laboratório de Estudos Urbanos
Nudecri

ESCRITOS 4

Publicação do
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
LABEORB - NUDECRI - UNICAMP



PROJETO TEMÁTICO
APOIO FAPESP

Apresentação

Nesse número de Escritos publicamos a tradução de um texto de M. Pêcheux, apresentado em sua versão original na revista Mots e que tem como principal objetivo situar o ponto de vista epistemológico da Análise de Discurso, da escola francesa, de que ele é fundador.

É um texto essencial para a compreensão dos efeitos da noção de discurso sobre o campo das Ciências Humanas em geral, tendo a história como uma referência especial. Além disso, esse texto permite também se compreender a natureza da noção de sujeito trabalhada discursivamente e as conseqüências da consideração do sujeito da linguagem para a Psicologia, em particular.

Desse modo, consideramos de interesse acrescentar um texto em que refletimos sobre a questão da subjetividade e da história.

Campinas, maio de 1999

Eni P. Orlandi

Labeurb/Nudecri - Unicamp

SOBRE OS CONTEXTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO*

M. Pêcheux

Se nos baseamos nas designações acadêmicas em uso no CNRS e na Universidade, a análise de discurso na França¹ é antes de tudo – e isto desde 1965 mais ou menos – um trabalho de lingüistas (referindo-se inicialmente ao distribucionalismo harrissiano, na linha dos trabalhos de J. Dubois), mas também de historiadores (mais freqüentemente especialistas do século XVIII e da revolução Francesa) e de alguns psicólogos (especialistas de psicologia social, em ruptura crítica com essa disciplina).

É preciso logo acrescentar que, para além das designações acadêmicas profissionais, a referência às problemáticas filosóficas e políticas surgidas no curso dos anos 60 formou amplamente a base concreta, transdisciplinar de um encontro – atravessado de confrontos muitas vezes bastante vivos e correspondendo só raramente às divisões profissionais – sobre a questão da construção de uma aproximação discursiva dos processos ideológicos.

É certo que as pesquisas sócio-históricas feitas por diferentes correntes e escolas não esperaram a análise de discurso para descrever e/ou construir teóricamente esses processos, através da análise de lutas políticas, dos funcionamentos e dis-funcionamentos institucionais, de debates e confrontos de toda ordem.

Salvo por razões externas (de identificação, datação, origem, confiabilidade...) a historiografia documental não tematizava pois a discursividade do documento, sua língua, seu estilo ou sua escrita, o que não o impedia de, em caso de falha, levá-los em conta implicitamente, a título de índices espontâneos que guiam a leitura e a escrita enquanto prática “literária” implicada pela profissão de historiador.

Deste ponto de vista, as abordagens mais recentes, combinando, por exemplo, a história econômica e a das instituições políticas, permanecem, marxistas ou não, “qualitativas” ou “quantitativas”, inscritas na mesma tradição.

Por outro lado, a história social das mentalidades², dos sistemas de pensamentos ou das ideologias constitui uma abertura que, por múltiplos caminhos, desenvolveu-se consideravelmente no último período: esta abertura supõe trabalhar sobre os textos de outra maneira, colocando em causa a transparência da língua. Juntar e interpretar séries textuais em que se inscrevem discursivamente as figuras da infância, da loucura, da morte ou da sexualidade, próprias a esta ou aquela época, supunha abandonar as certezas associadas ao enunciado documental.

Como os métodos da Nova História, os da Arqueologia foucaultiana chegam, por seu lado, a tratar explicitamente o documento textual como um monumento. Isto é, como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a

necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos signos recentes dos mais claros da projeção da análise de discurso: a construção teórica da intertextualidade, e de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como um dos pontos cruciais desse empreendimento, conduzindo a análise de discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se mostra cada vez mais contestável.

No entanto, parece sempre evidente que, à diferença dos tratamentos lexicométricos, por exemplo, os resultados atuais produzidos pelas análises de discurso sobre material histórico permanecem demasiadamente pontuais e triviais para apresentar aos olhos dos historiadores um interesse heurístico real: freqüentemente, só se trata da confirmação ou da ilustração de hipóteses clássicas “emprestadas” aos historiadores.

Podemos supor que certas tendências atuais, que visam em particular tornar mais complexo ou heterogêneo os corpora analisados, e à aumentar consideravelmente suas dimensões, através do recurso da informática aplicada à análise de discurso, serão suscetíveis de melhorar, a longo ou pequeno prazo, a “recepção” desta nova disciplina para os historiadores

No domínio das pesquisas sociológicas, podemos também constatar que a relação teórica com os “materiais” de natureza linguageira (oral ou textual) se transformou consideravelmente no período recente, através do questionamento a propósito do centramento da análise sociológica sobre os funcionamentos institucionais.

Mesmo se inúmeros sociólogos continuam, de fato, a recorrer a métodos de análise de conteúdo para a organização das respostas abertas a vastos questionários ou para a análise extensiva de séries de entrevistas, a ligação subjacente desses métodos com uma pré-categorização institucional dos materiais conduziu, aí também, a questionar a atitude documental, encontrando assim a posição crítica que subentende o projeto da análise de discurso.

O interesse pelas formas pre-institucionais do laço social incitou simultaneamente numerosos pesquisadores a tematizarem o registro simbólico, através da análise dos rituais discursivos de assujeitamento, de tomada da palavra, da interpelação, de troca dialógica etc. A problemática da circulação de fórmulas como produção de acontecimentos, desenvolvida em particular por J.-P. Faye, encontra por seu lado esta questão do simbólico, socio-históricamente inscrita no jogo das economias narrativas.

Por esses vários lados, as pesquisas em análise de discurso se encontram diretamente confrontadas com os diferentes eixos socio-lingüísticos já evocados.

Além do contato entre línguas de estatutos sociais diferentes, os desnivelamentos intralingüísticos entre “códigos” sociais diferenciados (e tomados em relações de força simbólicas de dominação, resistência etc) são objeto de estudos macrosociológicos diferenciais, suscetíveis de encontrar certas perspectivas de pesquisa em análise de discurso, notadamente aquelas que repousam sobre a noção de covariação entre um campo discursivo considerado como lingüísticamente homogêneo e um conjunto de determinações socio-históricas consideradas como metodologicamente estáveis.

Simultaneamente, o impulso interdisciplinar que suscita atualmente, na França pelo menos, um interesse crescente pelo estudo dos atos de linguagem, das relações pragmáticas e dos mecanismos argumentativos, narrativos e descritivos, desemboca na sociologia em uma microsociologia de interações, que se dão por tarefa analisar as “estratégias” de poder dos sujeitos falantes em situação, com os “cálculos”, conscientes ou não, que essas estratégias colocam em jogo.

O interesse dessa abordagem da linguagem ordinária, que engaja, em particular, a possibilidade de análises concretas do registro discursivo-conversacional, no terreno da Discourse Analysis evocada mais acima, não pode entretanto mascarar a questão de sua relação, ainda não esclarecida, com as teorias passavelmente triviais saídas da psicologia social, notadamente americana, focalizadas no estudo das relações (verbais e não verbais) observáveis entre 2,3,...n sujeitos.

Isto conduz a evocar o domínio das pesquisas em psicologia enquanto é concernido pela existência da análise de discurso.

É preciso lembrar-se que a psicologia social entende fazer experimentos (em laboratório ou em campo) sobre construções/manipulações da interação, e em particular da interação verbal. Nesse quadro, a “situação” experimental – construída em laboratório ou provocada em campo – é uma cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (falas, textos ou discursos) é imediatamente identificada a seqüências “observáveis” de ações (condutas, comportamentos) de trocas entre os protagonistas da interação.

No contexto filosófico e político evocado acima, o projeto da análise de discurso marca uma ruptura com esta problemática psico-social, pela qual o triplo registro da história, da língua e do inconsciente permanece literalmente recalado. As teorias e métodos desenvolvidos em análise do discurso não pararam de se confrontar com esta situação de triple recalque, com a esperança (que se poderá julgar ingenuamente pretensiosa) de contribuir para desfazer esse nó 3.

Por aí a análise de discurso se encontrou empenhada, sob modalidades teóricas e técnicas que lhe são próprias, na “batalha de cem anos”⁴ que atravessa nossa época, logo, nas garras de uma tarefa desmedida, literalmente impossível: a de “se explicar” com o mito onni-eficiente do sujeito psicológico, “mestre em sua morada”⁵... com, perto, de dois limites externos: o do biológico e o do social.

De acordo com o narcisismo universal do pensamento humano – a menos que se trate de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a idéia de Ciência -, o sujeito é de direito um estrategista consciente, racional e lógico-operatório, cujos poderes se encontram limitados de fato na sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício, por coerções biológicas, de um lado (logo a série de coerções ligadas ao fato de que este sujeito está associado a um organismo em desenvolvimento em um meio exposto ao aleatório desse desenvolvimento e às má formações, perturbações e traumatismos de toda ordem suscetíveis de afetá-lo) e por coerções sociológicas, de outro lado (logo a série de coerções ligadas ao fato de que esse sujeito só pode viver em sociedade, isto é, em cooperação-confronto com o conjunto de seus congêneres, sujeitos-estrategistas também, não deixando, por isso mesmo, de aliená-lo no exercício de suas estratégias)⁶.

No espaço desse mito psicológico, a história não é outra coisa do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua não é outra coisa que uma (fraca) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente não é outra coisa que a não-

consciência afetando negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas et/ou sociais mencionadas nesse instante.

Seria profundamente injusto atribuir só aos psicólogos profissionais a responsabilidade desse mito omnipresente do sujeito psicológico: o que eles fizeram foi só dar forma (através de um série de construções formais-experimentais mais ou menos sofisticadas) às representações que vêm à mente de todo sujeito humano “normal” – ou ao menos de todo ocidental: viajante de comércio, diplomata, empregada, militar, mulher do mundo, capuchinho ou torneiro, desde que ele é levado, por esta ou aquela via, a produzir sua epistemologia espontânea da ação humana. Os universitários não têm, à priori, nenhuma razão para escapar a esta evidência 7.

Quando, por exemplo, lingüistas, historiadores, sociólogos ou politólogos se põem, por necessidades de sua própria reflexão, a tematizar o “sujeito humano”, eles estão bem dispostos a ter confiança nos que se dizem especialistas: “a psicologia” lhes aparece como uma disciplina auxiliar acima de qualquer suspeita, à qual cada um pode se endereçar para estabelecer (e em caso negativo criticar) suas próprias representações do tal sujeito e de seu domínio.

Simultaneamente, todo sujeito, viajante de comércio, diplomata, empregada...ou universitário, experimenta em sua vida (em seus gestos e palavras as mais cotidianas até seus encontros os mais dramáticos consigo mesmo) como, para ele, esse domínio tropeça. Nessa experiência singular da falha (fracasso,bem-estar...) se marca a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica. Essa ferida narcísica, que não se confunde em absoluto com os limites inerentes às coerções biológicas ou sociológicas, (por exemplo, o lapso é completamente diferente do fracasso de um comportamento ou um comportamento fracassado), constitui a estranheza familiar à qual todo sujeito humano é confrontado. E ainda aí não é preciso ser “especialista” para saber alguma coisa disso: é até mesmo uma desvantagem.

É sobre esse saber inconsciente do sujeito que se apoia o analista freudiano em sua prática e está aí a diferença crucial com a posição do psicólogo ou do psiquiatra: o analista não pode imaginar que ele “domina” esse saber inconsciente... sem deixar de ser analista.

Mas os lingüistas, historiadores ou sociólogos não estão necessariamente advertidos a respeito dessa diferença crucial, nem da hostilidade instintiva da instituição psicológica face a tudo que toca o registro psicanalítico⁸: eles podem pois confundir, com menos ou mais boa fé, psicologia e psicanálise em uma global “teoria do sujeito” que eles esperam que os ajude a pensar (dominar intelectualmente?) o estatuto do locutor e do enunciador, da “atividade simbólica”, do agente sócio-histórico etc.

Aqui, e face à difusão recente dos temas psicanalíticos (freudianos e eventualmente lacanianos), a ambivalência “estratégica” dos profissionais da psicologia frente ao campo psicanalítico não torna as coisas mais fáceis para o não-especialista: ora se deixa entender que não se trataria de duas “linguagens” diferentes visando a “dominar” os mesmo objetos e reivindica-se ecumenicamente a psicanálise como uma província (bastante recuada, mal administrada e um pouco anárquica demais) do continente psicologia, ora se investe a ferro contra o que é então caracterizado como uma impostura que se espera chegar a desmascarar “cientificamente” com a ajuda de metodologias experimentais próprias ao setor das Ciências da Vida 9.

Para além dessa ambivalência estratégica, a questão incide, de fato, sobre o conjunto das disciplinas da interpretação , entre as quais se situa a análise de discurso.

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). “Não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê” 10.

Compreende-se que nessa perspectiva a análise de discurso – não mais que outra disciplina da interpretação – não possa se satisfazer, em sua relação necessária com a língua, com o inconsciente e com a história, nem com os “observáveis” discursivos comportamentais, nem com as estruturas do sujeito epistêmico da psicologia cognitiva.

Sobre os universos discursivos logicamente estabilizados tomados enquanto tal (trata-se essencialmente do discurso das ciências da natureza, do das tecnologias, mesmo o dos sistemas administrativos tomados em seu funcionamento formal), a análise de discurso não tem muito a dizer: é o campo do exercício privilegiado da nova interdisciplina designada com o termo Inteligência Artificial ou Intelética, em que se consegue facilmente aplicar o modelo do sujeito epistêmico.

O campo da análise de discurso, ao contrário, se determina pelo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, derivando dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e logo também o dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado (cf. a problemática dos “universos de crença”, a dos “mundos possíveis” etc) 11.

Ninguém sabe se um dia, a história, a língua, o inconsciente serão “explicados” pelo sujeito epistêmico-comportamental, ou se, ao contrário, as condições concretas de aprendizagem e de controle dos universos discursivos logicamente estabilizados aparecerão eles próprios como intrinsecamente dependentes das discursividades não-estabilizadas (por exemplo, o discurso pedagógico que difunde conhecimentos logicamente estáveis é ele próprio logicamente estável?).

De qualquer modo, imagina-se facilmente que as ligações da análise de discurso com as disciplinas psicológicas sejam necessariamente mais conflituais que com as outras disciplinas mencionadas acima, que se reconhecem mais facilmente como disciplinas de interpretação. Este conflito se liga à relação contraditória entre psicologia e psicanálise: desde uma quinzena de anos, os programas de ensino secundário francês modificaram o ensino da filosofia; o lugar da psicologia (comportamental ou cognitivista) se reduziu em proveito da abordagem psicanalítica, de modo que a psicologia, para o secundário hoje, é – com ou sem razão – essencialmente ...a psicanálise. Isto corresponde à difusão dispersa de temas psicanalíticos nas Ciências Humanas e Sociais (sobretudo em filosofia, literatura e etnologia, e, em menor grau, em história, em lingüística e em sociologia). É a instituição psicológica que, pode-se dizer por construção, foi e continua a ser o bastião de resistência dos mais firmes: a ausência quase que completa de relações entre o establishment psicológico no CNRS e o campo psicanalítico foi sublinhado recentemente pelo Relatório de M. Godelier (p.41). Na universidade, onde a psicologia pertence ao setor das Ciências do Homem e da Sociedade, a situação é diferente, sem ser necessariamente mais brilhante: de fato, as instituições acadêmicas tratam a psicanálise seja como uma disciplina “literária”, seja como uma prática “clínica”, todas as duas suspeitas a priori de não-sérias. E o fato de que alguns literatos e/ou clínicos possam se autorizar da psicanálise para dizer e fazer efetivamente “não-importa-o-quê” só faz trazer ainda

mais água ao moinho acadêmico, e manter a resistência fundamental das instituições e dos indivíduos diante da “ferida” que Freud inflingiu aos ideais do sujeito “mestre de sua morada”. A seriedade semiológica, com seus eventuais prolongamentos intelectivos, ou ao inverso as “brincadeiras” filosófico-literárias antifreudianas passam melhor as barreiras da resistência acadêmica, do mesmo modo aliás que as inúmeras inovações clínicas que pretendem ultrapassar-substituir a psicanálise (do grito primal à ginástica, passando pelo budismo zen ou as proliferantes terapias de grupo).

A análise de discurso não tem nenhuma vocação particular em dar um fim a essa interminável série de conflitos. Para ela, é suficiente colocar suas próprias problemáticas e procedimentos: a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no “não-importa-o-quê” de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal.

Nota

* Este texto, inédito até a morte do autor, foi publicado na revista *Mots* de março de 1984.

¹ O termo *Discourse Analysis* designa outra via de pesquisa, própria ao espaço intelectual anglo-americano. O encontro-confronto das diversas correntes de análise de discurso de origem francesa com as da *Discourse Analysis* começa agora a nível das reuniões internacionais.

² “De manhãzinha, o rei François I deixava o leito de sua amante para voltar incógnito a seu castelo. Ele estava passando então diante de uma igreja justamente na hora em que o sino tocava chamando para os ofícios. Emocionado, ele parou para assistir a missa e orar devotamente. O homem de hoje, surpreso entre a aproximação de um amor culpabilizador e uma piedade sincera, pode escolher entre duas interpretações. Primeira interpretação: o sino do santuário desperta no rei o arrependimento de seu pecado e ele ora para pedir perdão a Deus pela falta que ele acaba de cometer. Ele não pode ser sem hipocrisia o pecador da noite e o devoto da manhã. No que ele age como o homem de hoje, ao menos o homem de alguma racionalidade, *que não leu Dostoievsky ou que desconfia de Freud, o magistrado ou o jurado da corte do tribunal* (é Pêcheux quem grifa). Ele está convencido que a coerência moral é natural e necessária. Os seres nos quais ela se desfaz são julgados anormais e excluídos da sociedade... Essa interpretação seria a de um historiador clássico... A outra interpretação é ao contrário a de um historiador das mentalidades... Certas coisas eram então concebíveis, aceitáveis, em uma certa época, em uma certa cultura, e elas deixavam de sê-lo em outra época e em outra cultura...”. Philippe Ariès, “A História das Mentalidades”, em *A Nova História*, sob a direção de J. Le Goff, R. Chartier, J. Revel, Paris CEPL, Retz, 1978, p. 402-403. Cf. igualmente o artigo “Memória coletiva”, de Pierre Nora, na mesma obra, p.398-401.

³ Cf. por exemplo F.Gadet, Cl. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux, “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia”, *Fundamenta Scientiae*, 3(2), 1982.

⁴ Elisabeth Roudinesco, *A batalha de Cem Anos. História da psicanálise na França, vol. I*, Paris, Ramsay, 1982.

⁵ O sujeito epistêmico piagetiano é sua figura científica mais célebre: esta figura integra a lógica como condição e limite interno do domínio. A hipótese de uma construção desse domínio por etapas está, como se sabe, no coração da teoria piagetiana.

⁶ Reencontramos aqui a imagem engelsiana do paralelogramo das forças como explicação da opacidade do social: aquilo que cada um quer é contrariado por cada um dos outros, de modo que o que se produz não é desejado por ninguém.

⁷ Não é suficiente não ser um profissional da psicologia para não ceder à evidência psicológica. Só um exemplo, no campo do discurso: o de O. Ducrot, cujos trabalhos de semântica lingüística são aliás extremamente importantes para esta disciplina.

⁸ Na obra citada acima, E. Roudinesco mostra como a psicologia francesa foi rendida pelos psicólogos na recepção-resistência manifestada face à psicanálise. Para retomar os termos de P. Ariès, nada prova que os psicólogos tenham lido Dostoievsky, e tudo mostra que eles continuam a desconfiar de Freud. Sobre a questão dos compromissos para se fazer aceitar, e a das ameaças à “imagem de marca”, esta carta de Freud à Laforgue citada por Roudinesco: “... Não se obtém nada por concessões à opinião pública ou aos preconceitos reinantes. Este procedimento é completamente contrário ao espírito da psicanálise, cuja técnica nunca é a de querer camuflar ou atenuar as resistências. A experiência tem mostrado também que as pessoas que tomam a via do compromisso, das atenuações, em suma, do oportunismo diplomático, se vêem no final das contas elas mesmas descartadas de seu próprio caminho...” (p.293).

⁹ De que, por memória, deriva a secção “Psicofisiologia e Psicologia “ no CNRS.

¹¹ Sobre esta distinção entre o discursivo logicamente estabilizado versus o não estabilizado, e suas repercussões nas Ciências da Linguagem, cf. M. Pêcheux, “Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas”, DRLAV, 27, dezembro de 1982. Trad. bras. in *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 2, Pontes eds, Campinas, 1999.

Abril de 1983
(Tradução: Eni P. Orlandi)

DO SUJEITO NA HISTÓRIA E NO SIMBÓLICO

*Eni P. Orlandi**

Introdução

A subjetividade pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no homem. A subjetividade é assim estruturada no acontecimento do discurso. Dito de outra forma, o acontecimento significante que é o discurso tem como lugar fundamental a subjetividade. E para compreendermos esse acontecimento é preciso acrescentar que o acontecimento do significante no homem é que possibilita o deslocamento heurístico da noção de homem para a de sujeito. O que acarreta imediatamente dois deslocamentos paralelos: o de sentido e o da própria língua, posta esta em relação com a história.

Pensando-se a subjetividade, podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva). Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na Psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise de Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia.

A Qualificação da Subjetividade

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. Esta é, para mim, uma afirmação fundamental para quem trabalha a análise de discurso.

A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Com isto estou dizendo que quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito, pouco ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se.

Outro modo de dizer-se isso, e que decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual, o sujeito, sendo sempre-já sujeito, coloca-se na origem do que diz. Pêcheux vai tratar disso no “pequeno teatro teórico” da interpelação, pelo qual evita-se o paradoxo de se dizer “o sujeito é interpelado (em sujeito) pela ideologia”. Evita-se a pressuposição da existência do sujeito sobre a qual se faria a interpelação. Ele, o sujeito, não poderia ser a origem de si. Pelo deslocamento proposto por M.Pêcheux (1975), fazendo intervir a ideologia na relação com a linguagem, o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo etc) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que se fala ao sujeito, que se fala do sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: “Eu falo”. Esse teatro pelo qual o sujeito é chamado à existência se sustenta na discrepância introduzida pela formulação “indivíduo”/”sujeito”. Acentuando-se então a necessidade de se pensar o “funcionamento”, supõe-se uma articulação conceptual elaborada entre ideologia e inconsciente, em que se pode observar que “o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas” , devendo-se entender este último adjetivo não como “que afetam o sujeito” mas “nas quais se constitui o sujeito”. Desse modo M. Pêcheux, ao mesmo tempo em que introduz a questão da ideologia, critica a maneira como as teorias da enunciação se submetem à ilusão das evidências subjetivas (do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo). Sem deixar de lembrar que a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é aproximada de outra evidência, que é a da evidência do sentido (a ilusão da literalidade).

Na figura da interpelação estão criticadas essa duas formas de evidência: a da constituição do sujeito e a do sentido. Crítica feita pela teoria (materialista) do discurso à filosofia idealista da linguagem que se apresenta quer sob o modo do objetivismo abstrato (a língua como sistema neutro, abstrato), ou do subjetivismo idealista (o sujeito como centro e causa de si).

A “evidência” da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito. A essa contradição “sofrida” (o sujeito já é sempre sujeito) responde a contradição “apreendida” e “exibida” que se apresenta como um sintoma da contradição inerente, da discrepância entre um já-lá pensado “antes, em outro lugar, independentemente” e o que se apresenta como origem espontânea de si. E é isto que faz com que, na análise de discurso, tratemos o próprio (do) sujeito, na filiação lacaniana, como um processo signifiante: “como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes”. Ou, na versão discursiva althusseriana: um processo que funciona pela contradição em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e que faz com que “como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar”.

E isso só pode ser pensado através de um trabalho teórico¹ que se elabora e cuja necessidade se coloca no domínio das ciências da linguagem e no das disciplinas de interpretação pela noção fundadora de “discurso”. Esta noção, ao mesmo tempo em que, articulando sujeito-língua-história, coloca a necessidade de pensar o conhecimento prático das ciências humanas e sociais, re-significa as noções de ideologia e inconsciente, que são pensadas como materialmente ligadas, pela língua. Ou seja, beneficia-se da Lingüística, do Materialismo e da Psicanálise sem se colocar como herdeira servil nem do Marxismo, nem da Psicanálise, nem da Linguística.

Quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos. Algo do mundo tem de ressoar no “teatro da consciência” do sujeito para que faça sentido. À diferença da posição imanentista de alguns lingüistas e psicanalistas, que fazem o elogio da língua enquanto sistema abstrato, eu coloco que o indivíduo poderia ficar indiferente à língua. Há condições para que ela surta seus efeitos. Não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados, embora a língua como sistema significante importe e muito. Para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a história. Algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem. E em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável.

É aqui que faz sentido a distinção entre falha e equívoco que tenho procurado desenvolver. A língua é capaz de falha. Essa possibilidade - a da falha - é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história.

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-históricamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia.

Como sabemos, a formação discursiva – lugar provisório da metáfora - representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.

A ordem da língua e a da história, em sua articulação e funcionamento, constituem a ordem do discurso.

A ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P.Henry,1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites.

Passaremos então a expor o modo como – praticando a semântica discursiva - concebemos o fato de que a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares

2.
É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquers uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquers, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso. Nesse entremeio, nesse espaço da interpretação. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica.

Como a injunção à interpretação tem suas formas e condições, ela não se dá da mesma maneira nos diferentes momentos da história. Há uma determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos que tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas sociais.

O modo de interpelação do sujeito capitalista pela ideologia é diferente do modo de interpelação do sujeito medieval (E. Orlandi, 1996): se, no sujeito medieval, a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação (E. Orlandi, 1987). Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão: a de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo.

O sujeito moderno – capitalista - é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder...

Interpelação pela Ideologia e Individualização pelo Estado: a Forma da Contradição

A ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição. Não seria diferente para os efeitos que constituem a subjetividade. O que procuraremos fazer aqui é trazer para a reflexão esse equívoco e essa contradição necessários ao modo de funcionamento do discurso.

O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais ideologicamente determinado, mais cegamente preso a sua ilusão de autonomia. Quanto mais certas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. Como já tivemos ocasião de dizer (E. Orlandi, 1990): não é em “x” que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história.

Recusando, de um lado uma interpretação formalista dos mecanismos lingüístico-discursivos, em que o sujeito aparece como fonte, e, de outro, o pesadume da inscrição da questão do discurso - da semântica discursiva - no campo estrito da filosofia marxista da linguagem, M. Pêcheux (1975) propõe situar o campo de sua reflexão, qual seja, o de uma teoria materialista dos processos discursivos, na articulação de três noções: o da discursividade, o da subjetividade e o da descontinuidade ciência/ideologia, propondo uma teoria não subjetivista da subjetividade, uma teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos de significação e a prática política, como uma prática de produção de conhecimento que reflita sobre as diferentes formas pelas quais a “necessidade cega” se torna necessidade pensada e modelada como necessidade.

Para nós, a compreensão dessa articulação de noções pode ser mostrada pela reflexão sobre a maneira como a subjetividade leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito. Segundo o que pensamos, essa impressão, essa ilusão se assenta no des-conhecimento de um duplo movimento na compreensão da subjetividade.

Teríamos, segundo o que penso, dois momentos no movimento dessa compreensão:

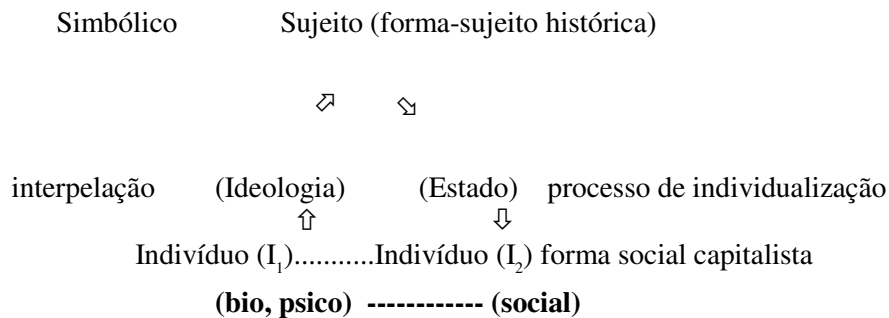
1. Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo (que chamaremos indivíduo em primeiro grau-I1), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. Expressão de uma teoria da materialidade do sentido que procura levar em conta a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer.

Temos acesso assim ao modo como, pela ideologia, afetado pelo simbólico, o indivíduo é interpelado em sujeito. A forma sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade. A partir daí com essa forma sujeito já constituída, podemos observar um outro processo.

2. Se pensamos a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, uma nova perspectiva nos permite então compreender um segundo momento teórico: nesse passo, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado (cf. os trabalhos de M. Foucault).

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem (o indivíduo interpelado em sujeito - I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então o I2, ou seja, indivíduo em segundo grau).

Teríamos a seguinte figura:



Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado, é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito.

É dessa maneira complexa que podemos pensar a questão do sujeito, da ideologia e da resistência como algo que não se dá apenas pela disposição privilegiada de um sujeito que, então, poderia ser “livre” e só não o é por falta de vontade...Ou, o que dá no mesmo, que, sem ideologia, seríamos felizes para sempre.

Há assim, tal como pensamos, o caráter irreconstruível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao simbólico pela ideologia – e há a possível resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Certamente essas coisas, esses momentos, esses movimentos não estão separados, não são independentes, mas sem dúvida são distintos e é preciso levar em conta essa distinção, essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso. E a resistência.

Está também aí, segundo o que penso, mais um dos modos de se pensar a contradição, a forma material, a discursividade como efeito material da língua na história. Sujeita a equívoco.

Nota

* Doutora no Instituto de Estudos da Linguagem e Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos.

¹ Sem dúvida, no desenvolvimento da análise de discurso encontramos dois autores que exprimem essas duas abordagens: a. de um lado, J. Authier, pensando a relação língua-sujeito, pela exploração do inconsciente, trabalha as rupturas no fio do discurso, elaborando a noção de heterogeneidade (não coincidência); b. de outro, temos J. J. Courtine, explorando a relação língua-sentido (sujeito), que trabalha no fio da contradição pensando a heterogeneidade da formação discursiva com ela mesma, na relação com a ideologia.

² Os trabalhos de Suzy Lagazzi-Rodrigues são exemplares sobre esse assunto situando a relação do político com o jurídico em uma formação social como a nossa e os movimentos sociais que nela irrompem.